

História e mobilidade social negra: A família Monteiro Lopes, 150 anos.

* Juarez C. da Silva Jr. - 2019

juarez_silva@hotmail.com

Este texto é um produto corolário da pesquisa para a minha dissertação em História Social, sobre o Deputado Manoel da Motta Monteiro Lopes (1867-1910), primeiro Deputado Federal assumidamente Negro e com discurso afirmativo do Brasil, mais que realizar o objetivo principal da dissertação, havia também a intenção de realizar um trabalho que possibilitasse também a visualização de elementos aproveitáveis para uma análise sociológica ou antropológica a partir desse tema e da trajetória principal e das colaterais.

Mais que isso, de onde se pudessem extrair do resultado, exemplos e inspirações, que possam de fato impactar e quem sabe até modificar realidades presentes e futuras.

Em um trabalho como esse, em que não apenas se acompanha uma trajetória já sistematizada e fechada, mas aberta a novas contribuições, os acréscimos que se fazem através do levantamento nas fontes primárias ou das inferências entre fatos distribuídos em diversos trabalhos, nos aproximam do personagem em composição, nos faz desejar saber não só “o fim da história” na pessoa do indivíduo ou que ficou “perdido pelo meio”, mas também a continuação simbólica dessa trajetória, os efeitos deixados daquela vida e de outras que o circundaram.

Por tal foi natural querer saber por exemplo, o que aconteceu com aquele garoto que perdeu o pai tão cedo, ficou bem ?, deu seguimento à obra paterna ?, há descendentes ou colaterais da mesma envergadura ?, o plano de mobilidade social entabulado por aquele casal de negros livres ou libertos para seus cinco filhos e descendentes, naquela já sesquicentenária época deu certo ?

Acabamos com isso enveredando pelo levantamento familiar, obtendo uma árvore genealógica com 50 pessoas ao longo de 5 gerações, a maioria com as respectivas ocupações.

Entendemos “Monteiro Lopes”, mais do que nome de uma pessoa ou família, podemos dizer ser um conceito, um conceito de pioneirismos e protagonismos negros, todos bem dignos de uma historização, mesmo que nesse momento apenas de forma preliminar. Este texto é também uma forma de homenagear Monteiro Lopes, ao devolver aos seus familiares, partes de sua própria história, o resumo de uma saga que pode ser motivadora para tantas e tantas outras famílias, assim como para o registro da presença negra na Amazônia.

Iniciamos então pelo herdeiro do nosso pesquisado Manoel da Motta Monteiro Lopes. Aristides Gomes Monteiro Lopes, como já visto, no capítulo bibliográfico da dissertação, era aluno do 5º ano do Colégio Militar, quando seu pai, faleceu, o decreto Nº 2.567 de 17 de Janeiro de 1912 concedeu pensões anuais de 2:400\$ à sua mãe D. Anna Zulmira Monteiro Lopes, e de 1:200\$ para si.

Seguimos seu rastro a partir dos jornais da época, era um aluno aplicado, e apesar de muito jovem seu nome aparece com alguma frequência na imprensa, primeiro porque era uma prática da época publicar resultados escolares e depois, porque assim como seu pai, aparentemente ele buscava uma integração social relevante, umas das práticas comuns era a presença em missas fúnebres, aonde a “boa sociedade” presente tinha seus nomes listados nos jornais.

Ao apagar das luzes de 1913 o encontramos discursando em um evento do Centro comemorativo 1º de maio, do operariado, juntamente com seu primo mais velho Dr. Clodoaldo Monteiro Lopes, o que por sinal nos deixou um tanto confusos, pois de início entendemos ser o seu tio, homônimo falecido em 1908, situação esclarecida depois em consulta a outras fontes, aliás, essa é uma prática comum entre os Monteiro Lopes até hoje, a reedição de nomes de parentes mais velhos, tios, pais e avós.

Dois dias depois, rompido 1914, o encontramos em exames, já era um aluno da Escola de Guerra, como se chamava a Academia Militar formadora da oficialidade do Exército naqueles tempos. Em 1915, o encontramos veterano, como presidente da comissão de recepção dos novos alunos da Escola Militar, já se vislumbrava uma liderança entre aqueles futuros oficiais. Aristides desaparece da imprensa nos dois anos seguintes, a próxima notícia que vamos encontrar já em 15 de outubro de 1918 é:

INFLUENZA HESPAÑOLA - MORRE UM ALUMNO DA ESCOLA MILITAR No hospital central do exercito todas as enfermarias estão repletas de “grippados”.O aluno da Escola Militar do Realengo Aristides Monteiro Lopes, que dera entrada nesse estabelecimento, ha poucos dias, atacado de grippe, veiu a fallecer alta noite de ante-hontem. O extincto era filho do fallecido deputado Monteiro Lopes e de D. Cassiana (sic) Monteiro Lopes. O seu enterramento saiu do hospital para o cemiterio de S. Francisco Xavier, com grande acompanhamento. (INFLUENZA, 1918)

Prestes a se formar oficial do Exército e muito jovem, muito provavelmente solteiro e sem filhos, não localizamos informação, mas é o padrão tal situação entre os formandos, falece o único filho de Manoel da Motta Monteiro Lopes, encerrando sua descendência direta.

Monteiro Lopes, o ramo pernambucano

Apesar de ter sido possível elucidar algumas dúvidas sobre a família nuclear de Manoel, não nos aprofundamos nas biografias da parcela que permaneceu em Pernambuco. O principal destaque vai para João Clodoaldo Monteiro Lopes, irmão mais velho de Manoel e como ele também advogado, a nossa pesquisa acrescentou um detalhe importante à sua biografia, ele além de advogado também foi político, exerceu ainda no império mandatos de edil, em nível municipal e de deputado provincial, chegando a exercer a presidência da assembleia, no mínimo uma tremenda excepcionalidade em se tratando de um homem preto no pré-abolição. Sua descendência também, teve alta mobilidade social, conforme se pode ver na árvore genealógica em anexo.

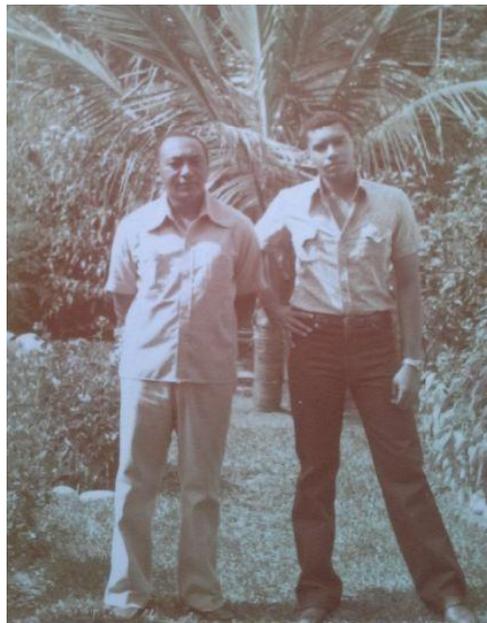
Um dos filhos de João Clodoaldo, Jeronymo era médico, se estabeleceu no interior de São Paulo, em Presidente Prudente, faleceu há mais de meio século, mas pouco tempo atrás ainda era lembrada pessoa de relevância social, recebendo homenagens póstumas da Câmara Municipal. Seria interessante uma pesquisa mais detalhada sobre o ramo pernambucano dos Monteiro Lopes, especialmente para os recifenses, com maior e mais facilitado acesso às fontes locais, a fim de verificar os efeitos de mobilidade até as gerações atuais.

Monteiro Lopes, o ramo amazônico

José Elias Monteiro Lopes, bacharel em Direito, natural de Recife, se radicou no Pará ainda no início da década de 1890, dando origem ao ramo amazônico da Família Monteiro Lopes, assim o chamamos pois apesar da maioria de seus descendentes hoje residir e até ter nascido no Rio de Janeiro, ainda os há vivendo na região amazônica, além de toda uma vinculação e história familiar e pública de seus membros escrita no Pará e no Amazonas.

Não localizamos muitas informações sobre a atuação profissional de José Elias na última década do século XIX, sabemos no entanto, que em 1900 era juiz substituto em Porto de Móz no Pará, casou-se somente em 23 de maio 1907 e em Recife, com a baiana Júlia Maria de Moura, na época era Juiz substituto de Bayão no Pará. Passou por algumas comarcas como Cametá, e foi o instalador da comarca de Marabá, a qual empresta hoje seu nome ao fórum, tendo sido seu primeiro juiz em 1914 em 1922 era juiz em Melgaço, até então pertencente ao município de Breves, tendo falecido algum tempo após essa época. José Elias e Júlia tiveram seis filhos, Agnano, Maria de Lourdes (Marieta), Beatriz, Tomás, Maria Thofanys (Cotinha), e José Elias Filho, todos com destaques profissionais/sociais e pioneirismos.

Maria de Lourdes e Beatriz foram funcionárias públicas. José Elias Monteiro Lopes Filho, com a perda do pai, foi morar com seu tio farmacêutico Roberto, foi



médico e coronel do exército, casou-se com uma parente do ex-presidente do Brasil

Jânio Quadros, seu filho Roberto Quadros Monteiro Lopes, faleceu jovem em acidente de carro, havia acabado de ser aprovado para a Academia Naval.

Fig. 01 – Coronel Médico José Elias Monteiro Lopes Filho e o filho Roberto Fonte:

Fonte: Arquivo familiar de Vera Lúcia Monteiro Lopes Leite

O Coronel também gostava de escrever, localizamos um artigo seu publicado em o Globo em 1969 e reproduzido na web em 1990, sobre doença e cura popular, faleceu recentemente, após 2013 e em data que não conseguimos precisar.

Maria Thofanys, fez carreira no Instituto Brasileiro de Resseguros, e é mãe do Juiz federal do trabalho no Rio de Janeiro, José Monteiro Lopes.

Fig. 02 - Juiz José Monteiro Lopes, TRT – Rio de Janeiro



Fonte: Portal2TRT Rio

Tomás Vilanova Monteiro Lopes, foi Advogado e Administrador, diretor geral do D.A.S.P – Departamento de Administração do Serviço Público, órgão federal de administração de pessoal, extinto em 1986, também exerceu chefia na Casa da Moeda, foi Professor da Fundação Getúlio Vargas e autor entre outros, do clássico best-seller da Administração de pessoal “*Problemas de Pessoal da Empresa Moderna*”, com 10 edições em 20 anos, faleceu em 1989 no Rio de Janeiro.

Tomás foi o pai de Eduardo Monteiro Lopes, outro pioneiro e protagonista, fez carreira militar na Marinha do Brasil, sendo seu primeiro Almirante Negro e a atingir o posto de Almirante-de-Esquadra, quatro estrelas, o último da carreira.



Fig. 03 - Almirante-de-esquadra Eduardo Monteiro Lopes

Fonte: Composição a partir de diversos sites

O Almirante Monteiro Lopes, foi comandante de embarcações, Diretor de Ensino da Marinha, Comandante do 4º Distrito Naval, em Belém, que controla a força nos estados do Pará, Amapá, Maranhão e Piauí, Comandante-em-Chefe da Esquadra entre o final de 2009 e o final de 2010 Secretário-Geral da Marinha, e por fim Chefe do Estado-Maior da Armada, órgão de direção geral da Marinha, segundo posto mais importante na força, após passar para reserva em novembro de 2013, o Almirante assumiu a representação permanente do Brasil na IMO, a Organização Marítima Internacional, com sede em Londres.

Eduardo Monteiro Lopes Junior, filho do Almirante, também não foge à tradição familiar, nasceu em 1974 e é formado em Direito, Mestre e Doutor em

Sociologia-Teoria Política e Econômica, autor do livro “*Judicialização da política e o TCU*”, Diplomata do MRE-Ministério da Relações Exteriores, servindo como Vice-Cônsul em Londres.

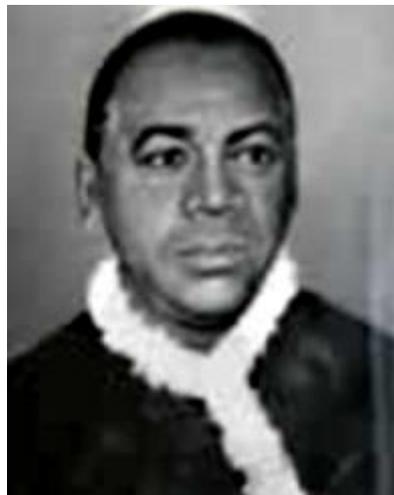
Fig. 04- Eduardo Monteiro Lopes Junior



Fonte: Arquivo pessoal

Reservamos o final dessa narrativa sobre o ramo amazônico da família Monteiro Lopes, para Agnano Moura Monteiro Lopes, que como o pai José Elias também foi Juiz, tendo sido antes Promotor público, chegando a Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça do Pará.

Fig. 05- Agnano Moura Monteiro Lopes



Fonte: Arquivo familiar de Vera Lúcia Monteiro Lopes Leite

Dado o espaço limitado para o texto, não é aqui detalhada a biografia do Desembargador, tampouco a interessante história do conhecido doce paraense que leva o nome da família, as mesmas porém podem ser conhecidas em apresentação específica de minha autoria e disponibilizada online ¹.

1 Apresentação em Prezi disponível em: <https://prezi.com/7orb5hkhsxz/monteiro-lobes-o-desembargador-e-o-biscoito/>

Os filhos de Agnano

Carlos Jurandir, hoje com 74 anos, estudou Medicina na Universidade Federal do Pará, até o quinto ano, porém foi no jornalismo e na literatura que se encontrou, mudou para o Rio de Janeiro, trabalhou como repórter, redator e editor nas empresas O Globo, Jornal do Brasil e TVE, é autor dos romances Morto Moreno (Civilização Brasileira, 1974), Rapazes de Família (Editora Codecri, 1979), Colar de Pérolas, Pinceladas de Sol e Agora é Cinza e dos contos, Aves Noturnas e Roquefort com Goiabada. Atuou paralelamente como músico de Jazz por mais de duas décadas.

De espírito combativo, teve participação política entre jornalistas como militante do Partido Comunista Brasileiro, militância iniciada em Belém, a partir de 1963, quando entrou na Faculdade de Medicina; antes de encerrar a década de 60 chegou a ser preso pelo exército durante a ditadura militar, junto com o irmão Rodrigo Monteiro Lopes, mesmo sendo filhos de importante desembargador local, já no Rio, em 1976, foi por perseguição política demitido de O Globo, ainda por sua atuação contra a ditadura; após o período ditatorial e com a lei de anistia, conseguiu como reparação aposentadoria de anistiado.

Fig.06 – Carlos Jurandir Monteiro Lopes e capas de parte de sua obra



Fonte:facebook

Rodrigo Monteiro Lopes, formado em Engenharia Mecânica, também teve militância política, trabalhou inicialmente na companhia White Martins, em Belém, transferindo-se depois para São Paulo, onde logo em seguida passou a integrar os quadros da IBM. Em ambas as empresas foi admitido com distinção em processo seletivo.

Faleceu de infarto em casa, em 2003, teve três filhos, Marco Antônio, jornalista, Fernando, cineasta, e Otávio, morto precocemente num desastre de carro.

A filha mais nova do Desembargador Agnano, Vera Lúcia Monteiro Lopes Leite, se graduou em Engenharia Mecânica em 1971, sendo a primeira Engenheira Mecânica graduada no Pará, possui dois mestrados, exerceu importante função de assessora para o setor automobilístico nacional no Ministério da Indústria e Comércio nas gestões dos Ministros Pratini de Moraes (1970-1974) e Severo Gomes (1974-1977), ao se casar mudou para Manaus em 1979, exercendo por 34 anos, importantes funções na Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus ².

Fig. 07. Família Monteiro Lopes, residente em Manaus, Vera lúcia e filhos



Fonte: Juarez Silva Jr.

A geração amazonense dos Monteiro Lopes começa com seus dois filhos, os jovens Euclides Jr., Engenheiro Químico e Ana Laura Monteiro Lopes Leite, Psicóloga e Administradora de Empresas.

E assim a saga dos Monteiro Lopes segue também em terras amazonenses...

Breve análise da mobilidade social dos Monteiro Lopes

² Informações prestadas por Vera Lúcia Monteiro Lopes Leite, em entrevista em Manaus no dia 19/03/2016.

Um dos pontos previstos quando formulamos os objetivos desse trabalho era que ele não fosse meramente uma narrativa histórica, mas sim uma fonte de onde multidisciplinarmente e multipropositalmente se pudesse beber.

É possível visualizar a partir da descrição parcial da árvore familiar aqui levantada, e em anexo, que o imaginado plano de mobilidade social estabelecido pelo casal Jerônimo e Maria, há mais de 150 anos, se mostrou efficientíssimo, desconhecemos outro trabalho que tenha realizado esse tipo de mapeamento em uma família afrobrasileira ao longo de tanto tempo e tantos membros.

Tal mapeamento só foi possível e relativamente fácil de realizar, devido não apenas as proeminências pessoais, que resultaram em registros jornalísticos espontâneos, mas sobretudo ao fato de aparentemente alguns desses registros terem sido inclusive provocados, por exemplo nos obituários, participação em estratégicos eventos sociais, reivindicações oficiais e colaborações diretas com escritos, que funcionaram como uma forma de “Arquivar a própria vida”.

Com tal levantamento, é possível por exemplo, verificar que a formação e condições sócio-econômicas dos antepassados tem altíssima correlação com a posição dos descendentes, e que o coeficiente de competitividade é mantido ou aumentado de maneira generalizada ao longo das gerações. É possível também ter uma ideia ampliada do efeito que o acesso de uma geração ao ensino superior pode ter nas gerações subsequentes de uma mesma família.

Em famílias não-negras ou indígenas, tal tipo de possibilidade é muito maior, não só pelo número de casos práticos de alta mobilidade social, como pela facilidade de registros familiares e midiáticos, aproveitando ainda o exemplo do Desembargador Agnano, enquanto ainda hoje, passadas quase 4 décadas de sua posse, o mesmo é comemorado como primeiro negro Presidente de Tribunal de Justiça do Brasil, há casos em que em uma única família branca, alcançar tal ponto, já ocorreu para membros de quatro ou três gerações, idem para oficiais gerais, idem para políticos, ou quaisquer outras ocupações de alto prestígio.

Apesar da mobilidade social da família Monteiro Lopes ser excepcional e bem mais visível pelo fato de ser uma família de origem negra, demonstra ao menos duas coisas, a primeira é que existe um “efeito cascata”, que coloca o nível de competitividade entre o indivíduo que possui tal tipo de “background” familiar e outro que não, em vantagem para o primeiro, e o segundo é que nas famílias brancas que se “equiparavam” aos Monteiro Lopes de 4 gerações atrás, tal potencial aparenta ter sido ainda mais otimizado, apesar de naturalizado e por tal, pouco percebido.

Outra inferência que se pode fazer, é que são necessárias políticas públicas com recortes que anulem ao menos nas questões de competição pelo acesso a oportunidades educacionais e profissionais, essa vantagem competitiva acumulada ao longo de gerações, uma vez que políticas meramente universalistas, ou que só levem em consideração a condição social, não tem o condão de

realizar tal inclusão de forma eficaz, quando não voltadas especificamente à população negra e pobre.

População essa que majoritariamente não dispôs de tais oportunidades, e por conseguinte não dispõe do mesmo coeficiente de mobilidade, pois não se pode entender e aceitar a exceções negras como se regra fossem, conforme se infere da fala do Prof. Dr. Kabengele Munanga, em audiência pública no Superior Tribunal Federal:

[..]Creio que esta é a história dos brasileiros afrodescendentes, não apenas nas universidades, mas também em outros setores da vida nacional que exigem formação superior para ocupar cargos e postos de comando e responsabilidade. Geralmente são ausentes ou invisíveis nesses postos e cargos. Quando se tem um, é sempre o primeiro e o único,” - não vou dar exemplos constrangedores - “raramente o segundo e o terceiro. Encontrar três ou quatro juntos numa mesma instituição já é motivo de festa! Esse quadro é considerado como gritante quando comparado ao dos outros países que convivem ou conviveram com as práticas racistas como os Estados Unidos e a África do Sul. Os dados ao nosso conhecimento mostram que, na véspera do fim do regime do apartheid, a África do Sul tinha mais negros com diploma superior que o Brasil de hoje[.] (MUNANGA, 2010)

A partir da fala de Munanga, não é difícil perceber que os diversos pioneirismos e excepcionalidades vivenciadas pelos Monteiro Lopes, podem perfeitamente se encaixar na situação exposta, e que são de fato exemplares exceções e não a regra, lembrando que a fala foi realizada em contexto em que se defendia a necessidade de ampliar mediante políticas públicas diretas e específicas, a representatividade negra não apenas nas universidades, mas em outros setores, cargos, e postos de comando e responsabilidade.

O “ranqueamento” das formações e ocupações para a árvore da família Monteiro Lopes, envolvendo 50 pessoas, entre parentes consanguíneos e por casamento ao longo de um século e meio ficou da seguinte forma:

1º	Desconhecido	16	32% (do total)
2º	Com exercício no Serviço Público	12	35% (do conhecido)
3º	Direito	9	26% (do conhecido)
	Outras, formações e/ou ocupações	9	26% (do conhecido)
4º	Medicina/Saúde	6	17% (do conhecido)
	Engenharias	6	17% (do conhecido)
5º	Oficialidade Militar	4	11% (do conhecido)
6º	Administração	3	7
7	Jornalismo	3	8,8% (do conhecido)

Tabela1– Ranking de formação/ocupação na família Monteiro Lopes 1867-2016

Algumas observações, das 16 ocupações desconhecidas, 10 são de mulheres, em especial as mais antigas, não quer significar que tais mulheres não possuíam formação/ocupação outra que a “do lar”, mas basicamente que não se conseguiu encontrar tal informação, assim como para os homens, pela tendência é bem provável que algumas das mais antigas tenham repetido as mães na formação e trabalho como professoras.

O exercício da formação no serviço público, no caso civil, parece ter sido primordial para o sucesso e incremento da mobilidade social, lembrando que o exercício se dá a partir de diversas formações, apesar de não ter sido uma estratégia usada pela maioria, percebe-se que quem dela se utilizou, esteve bem mais visível e aparentemente emponderado.

Outro fato a observar é que apesar da divisão do 3º lugar entre o Direito e outras formações/ocupações, boa parte dessas outras formações são concomitantes ao Direito, outra grande parte a atuação como professores, e uma outra parte menor, distribuída entre atividades autorais, música e cinema.

Dos 4 que optaram pelo caminho Militar apenas dois efetivamente, lograram carreira, e com grande destaque.

A administração e o jornalismo aparecem empatados como “coringas”, exercidos sempre concorrentemente com outras atividades.

O interessante é perceber que a faixa de variação de formações e ocupações é bem estreita, e até os dias de hoje, considerando as devidas mudanças e novas possibilidades ao longo do tempo, pouco mudou para além das carreiras estratégicas que identificamos no primeiro capítulo e de outras estratégias vislumbradas ao longo de todo o texto e aplicadas por muitos, antes de Monteiro Lopes, durante o seu tempo e depois, inclusive a família.

Segue a árvore Genealógica.

Fig. 08- Arvore Genealógica I, 1 e 2ª gerações

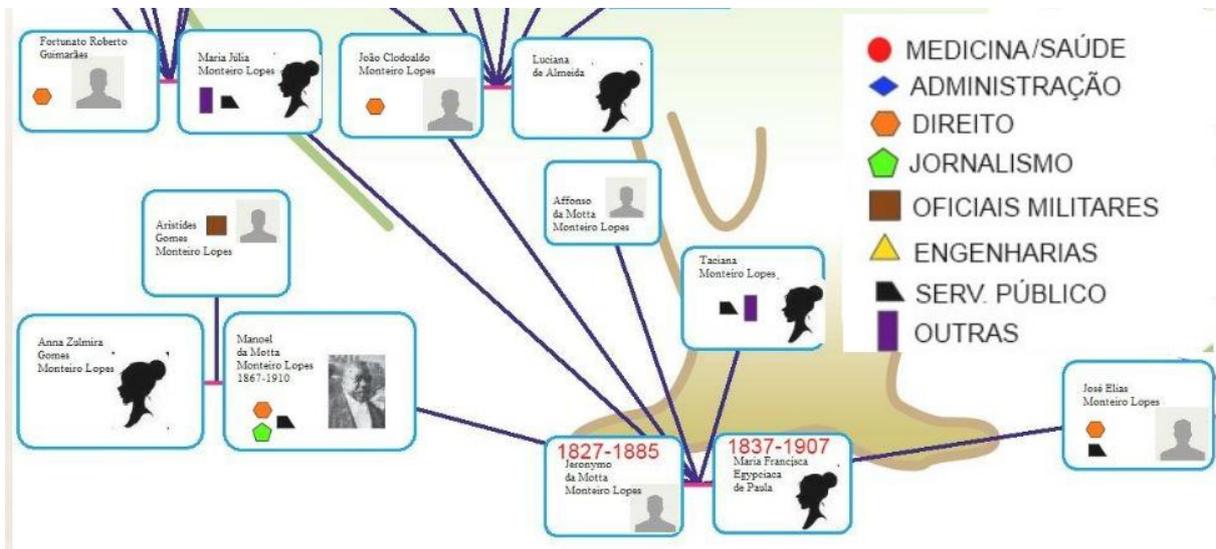
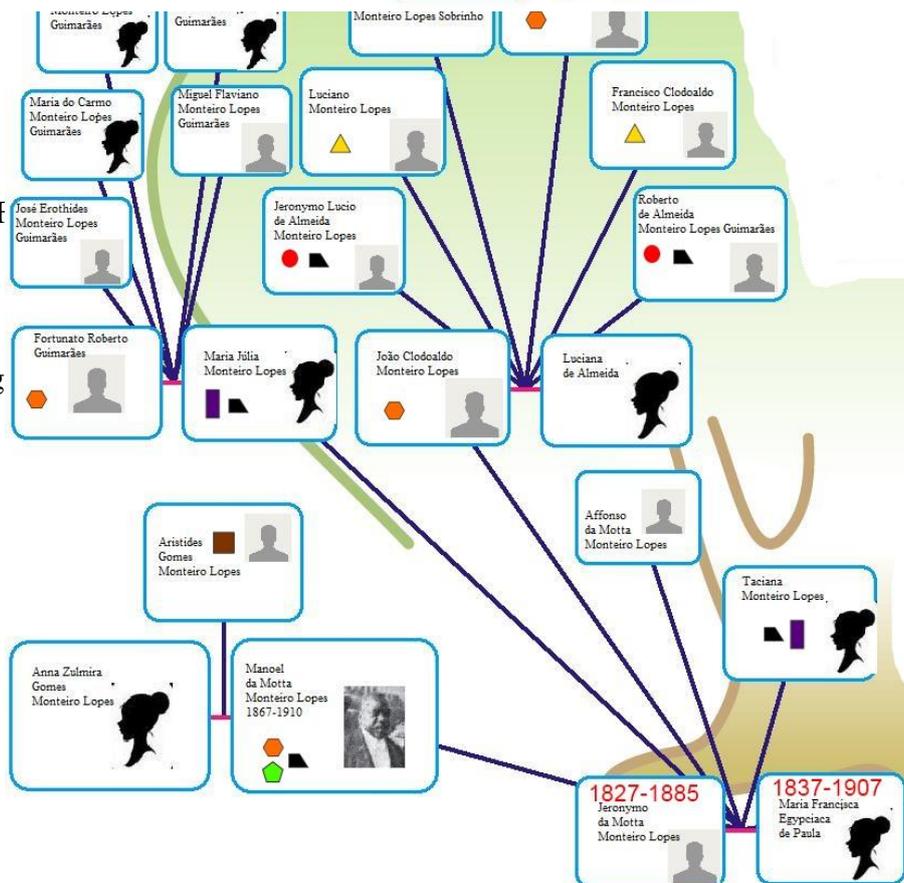
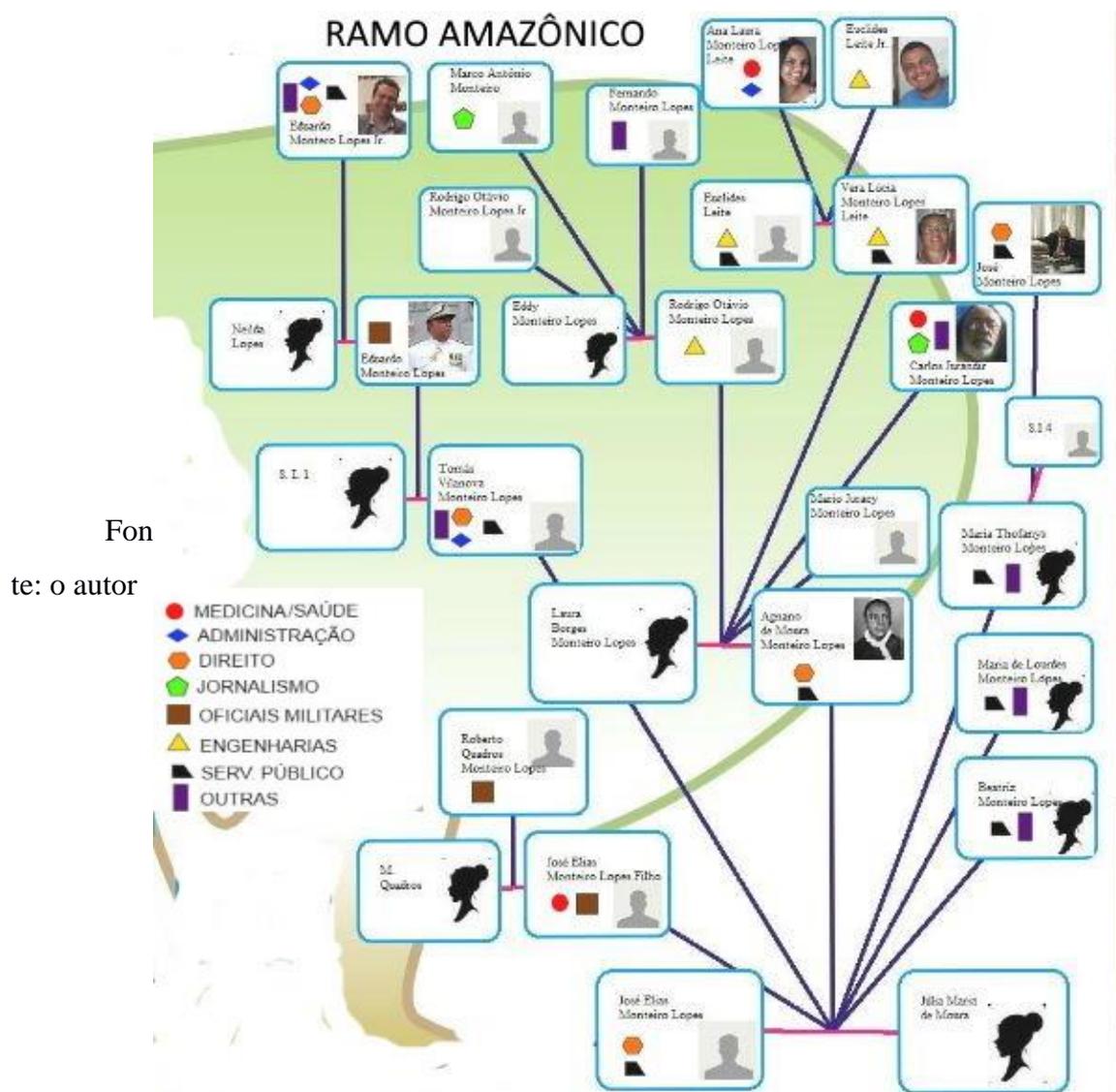


Fig. 09- Arvore Genealógica II



Fonte: o autor

Fig. 10- Arvore Genealógica III



Referências

- ALBUM de família. **Jornal do Recife**. Recife, p. 8-8. 24 maio 1907. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705110&PagFis=50525>. Acesso em: 18 abr. 2016.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**, S.1, v. 11, n. 21, p.9-34, jul. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061>. Acesso em: 02 maio 2016.
- BRASIL. Marinha. 4º Distrito Naval. **OM subordinadas**. Disponível em: <https://www1.mar.mil.br/com4dn/node/12>. Acesso em: 19 abr. 2016.
- BRASIL. Marinha. Comando em Chefe da Esquadra. **Comandantes**. Disponível em: <https://www1.mar.mil.br/comemch/?q=node/4>. Acesso em: 19 abr. 2016.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estado Maior da Armada tem novo chefe**. Disponível em:

<<http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/4294-07-05-2013-defesa-estado-maior-da-armada-tem-novo-chefe>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

COLUMNA operaria. O Paiz. Rio de Janeiro, p. S.i.. 30 dez. 1913. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_04&PagFis=20876>. Acesso em: 16abr.2016.

DEFESANET. Disponível em <<http://www.defesanet.com.br/naval/noticia/10781/Estado-Maior-da-Armada-tem-novo-chefe>><<https://www.mar.mil.br/hotsites/nomar/atuais/824/nomar824.pdf>> e

<http://www.portaldanavegacao.com/coluna/alyrio-sabba/192/ex-comandante-do-40-dn-hoje-na-reserva-da-marinha-assumir-representao-do-brasil-junto-a-imo-em-londres#.Vxb5LHqWn_w> Acesso em: 19 abr. 2016

ESCOLA Militar Exames. O Paiz. Rio de Janeiro, p. 5-5. 02 jan. 1914. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_04&PagFis=20947>. Acesso em: 16 abr. 2016.

HISTÓRIA de Marabá. Portal da Prefeitura Municipal. Disponível em: <<http://maraba.pa.gov.br/sobre-maraba/>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

INFLUENZA hespanhola: Morre um aluno da Escola Militar. Morre um aluno da Escola Militar. O Paiz. Rio de Janeiro, p. 5-5. 15 out. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_04&PagFis=40685>. Acesso em: 16 abr. 2016.

LOPES FILHO, José Elias Monteiro. **Espinhela caída**: apenas popular. 1969. Originalmente publicado em O Globo de 26/12/1969 reproduzido na Revista Online Jangada - Maio de 1990. Disponível em:

<<http://www.jangadabrasil.com.br/revista/maio90/pn90005b.asp>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Constitucionalidade das políticas de ação afirmativa nas Universidades Públicas brasileiras na modalidade de cotas**. 2010. STF - Notas Taquigráficas - Audiência Pública sobre a Constitucionalidade de Políticas de Ação Afirmativa de Acesso ao Ensino Superior Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 186 e Recurso Extraordinário 597.285/RS. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAcaoAfirmativa/anexo/Notas_Taquigraficas_Audiencia_Publica.pdf>. Acesso em: 02 maio 2016.

PORTAL IMPRENSA. Ex-repórter perseguido na ditadura consegue rever aposentadoria de anistiado. 2016. Disponível em: <<http://goo.gl/NrTTDk>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

VIDA Social. O Paiz. Rio de Janeiro, p. 5-5. 2 maio 1915. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_04&PagFis=27447>. Acesso em: 16 abr. 2016.